

Greve na USP

A hora é de intensificar a luta

Reitor RODAS dá boas vindas à PM...



No dia 1º de outubro, quando o reitor da USP, João Grandino Rodas, negou aos estudantes a entrada no Conselho Universitário, que era realizado por detrás de quatro portas blindadas, a reitoria da universidade foi ocupada.

No mesmo dia, uma assembleia geral realizada na frente do prédio tomado aprovou uma greve geral. A Escola de Artes e Ciências Humanas (EACH), que já se encontrava paralisada pela recusa da reitoria em atender os urgentes problemas estruturais do campus USP Leste, ime-

diatamente se juntou ao movimento.

Inúmeros cursos da USP aderiram à mobilização. Os alunos, mesmo conhecendo pouco o histórico da luta, paralisaram suas atividades e aulas, entrando na greve e participando massivamente às plenárias e assembleias.

A intransigência do reitor, que é um cumpridor de ordens do governador Geraldo Alckmin, encontrou uma reação à altura na disposição de luta dos estudantes.

Diante desse cenário de repressão crescente, precarização da universidade e do avanço das fundações privadas sobre o patrimônio público que é a USP, os estudantes cansados de conviver pacificamente com as delongas da burocracia universitária começaram a tomar os destinos da USP em suas mãos. As duas palavras de ordem máximas das atuais mobilizações são "Democracia na USP Já" e "Por uma Estatuinte Livre e Soberana".

As mobilizações e as experiências recentes deixaram claro qual é a única saída para os estudantes: a paridade em todos os órgãos decisórios da universidade. Somente assim pode-se conseguir a participação proporcional e democrática tão desejada pelos alunos, funcionários e maioria dos professores.

Contudo, após 37 dias de greve, o movimento chegou agora a um ponto crítico. Depois de uma rodada de negociações com a reito-

ria que durou horas, membros do Diretório Central dos Estudantes (DCE) conseguiram um documento garantindo que a reitoria atenderia reivindicações, como reintegração dos blocos K e L (sem previsão de quando fará isso) ao CRUSP e o retorno das linhas de ônibus retiradas do campus em abril de 2014.

A ilusão em um pedaço de papel é tão grande que tanto o DCE quanto o Comando de Greve eleito pelos estudantes estão propondo o fim da greve. Com isso, aceitam a chantagem da reitoria que exige o fim da paralisação para cumprir qualquer acordo recheado de algumas migalhas e que propõe um obscuro Congresso que não terá poder algum para discutir e decidir o futuro da universidade.

Esse recuo por parte dos que comandam a greve é inaceitável. Ainda mais quando a Justiça, atendendo à raiva de Rodas, autoriza a reintegração de posse do prédio da reitoria. Mais do que nunca, esta seria a hora da direção do DCE e do Comando intensificarem a luta e mobilizarem a base, construindo verdadeiros comandos em todas as faculdades para impor as reivindicações.

Seguir na luta até o atendimento das reivindicações! Democracia e paridade na USP Já! Comandos eleitos pela base em todas as faculdades! Fora Rodas! Não aceitar nenhuma represália! Abaixo a repressão!

Quem somos

A Esquerda Marxista (EM) é uma organização de luta pelo socialismo. Como seção brasileira da CMI (Corrente Marxista Internacional), lutamos em todo o mundo para ajudar os trabalhadores e jovens a se organizarem na luta por sua emancipação.

Lutamos contra a colaboração de classes e contra a defesa do capitalismo e sua maquiagem feita pelos reformistas. Nada temos a ver com as organizações e agrupamentos ultraesquerdis-

tas que, incapazes de se relacionarem com a classe trabalhadora, dedicam-se ao divisionismo e ao denunciamento inócuo e impotente. Nós lutamos nas organizações de massa para construir uma corrente revolucionária de massas. Nesse sentido atuamos na luta de classes e nas entidades historicamente construídas pelos trabalhadores e pela juventude.

A EM dirigiu as ocupações de fábricas lutando por sua estatui-

zação sob controle dos trabalhadores, luta por educação pública e gratuita para todos, pela reestatização de tudo o que foi privatizado, contra a criminalização dos movimentos e organizações dos trabalhadores, em defesa das conquistas e reivindicações da classe trabalhadora e da juventude, contra o capitalismo.

Comitê Central da Esquerda Marxista.

Foice & Martelo

Boletim semanal da Esquerda Marxista - seção brasileira da Corrente Marxista Internacional. Número 28 - 07 de Novembro de 2013 - Preço R\$ 1,00

O Estado totalitário avança com a criminalização dos movimentos sociais. É preciso barrar isso!



Quando, no ano passado, o aliado do governo Dilma senador Romero Jucá (PMDB-RR) defendeu pena de 30 anos de cadeia a quem praticasse atos terroristas antes, durante e depois dos eventos da Copa do Mundo, a burguesia aplaudiu e elogiou as declarações. Tratava-se de colocar o Brasil em sintonia com as mais modernas e repressivas legislações internacionais.

O senador Jucá, relator da Comissão Mista do Congresso Nacional, afirmou em matéria da Agência do Senado que a tipificação do terrorismo era do tempo da ditadura militar e para modernizá-la sugeriu penas de 15 a 30 anos aos que cometessem atos que provocassem terror e pânico generalizado. Propôs ainda penas de 8 a 20 anos aos que cometessem atos contra bens públicos e serviços essenciais e entre 15 e 30 anos aos que financiassem atos terroristas.

Logo entrou em cena outro aliado do governo, o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), que qualificava como terrorismo atos de "incendiar, depredar, saquear, destruir ou explodir meios de transporte ou qualquer bem público ou privado". Ele propunha que crimes deste tipo fossem imprescritíveis, com penas de 24 a 30 anos de reclusão para os infratores.

Uma unanimidade tomou conta de todos os defensores. Segundo eles, a lei antiterrorismo "tem o objetivo de garantir a segurança de turistas que participam das festividades da Copa do Mundo de 2014, sediada no Brasil".

Em 8 de outubro de 2013, o presidente da Comissão Mista de Regulamentação da Constituição e Consolidação das Leis, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), declarou em órgão oficial do PT (O Boletim PT na Câmara): "Atualmente não há parâmetro legal para regular as greves no serviço público e, então, o Judiciário acaba mediando a situação. O mesmo ocorre em relação à aplicação de leis contra o terrorismo". Além disso, como bom mafioso, preocupado com a democracia, hipocritamente afirmou que a lei "não

poderá ser usada para criminalizar os movimentos sociais". Resta saber quem poderá garantir isso.

O Código Civil e os juristas reacionários

Para a comissão de juristas burgueses que analisa as mudanças no Código Civil, será considerado terrorismo "causar terror na população mediante condutas como sequestrar ou manter alguém em cárcere privado; usar, portar ou trazer consigo explosivos, gases tóxicos, venenos, conteúdos biológicos ou outros meios capazes de causar danos; incendiar, depredar, saquear, explodir ou invadir qualquer bem público ou privado; e interferir, sabotar ou danificar sistemas de informática e bancos de dados". Ou seja, tudo pode ser terrorismo, e mais, eles consideram terrorismo "a conduta de sabotar o funcionamento ou apoderar-se do controle de comunicação ou de transporte, de portos, aeroportos, estações ferroviárias ou rodoviárias, hospitais, casas de saúde, escolas, estúdios, instalações públicas ou locais onde funcionem serviços públicos essenciais, inclusive instalações militares". Ou seja, qualquer greve ou manifestação poderá ser tipificada como terrorismo.

Para o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Gilson Dipp, "a consequência natural da tipificação do terrorismo é a extinção da Lei de Segurança Nacional, que já está ultrapassada". Ou seja, a modernidade da era dos governos de colaboração de classes exige uma lei atual e mais eficaz do que a lei da ditadura.

Governo e Ministros aliam-se aos governadores reacionários contra os movimentos sociais.

Passam da repressão aos assassinados de Amarildo, Douglas e Jean.

Durante as grandiosas manifestações ocorridas no país naquilo que passou a ser qualificado como as Jornadas de Junho, a imprensa reproduziu as declarações do ministro José Eduardo Cardozo, que ofereceu tropas ao governador do PSDB para ampliar a repres-

são contra manifestantes em São Paulo.

A Esquerda Marxista, por meio de manifestação do companheiro Serge Goulart, afirmou: "As declarações do ministro são uma vergonha para o governo e para o PT. Ele não só age como um brucutu da ditadura como ajuda a divulgar mentiras. Desde o início, a ação provocadora da polícia se junta com a de grupos anarquistas e punks para tentar desmoralizar as manifestações. E não bastasse a vergonha de Haddad estar junto desde o início com Alckmin contra o povo, desonrando o mandato que recebeu e o próprio PT, agora temos um ministro que fala como seu antecessor Arnan-do Falcão durante a ditadura".



Depois, veio Dilma oferecendo as tropas federais para ajudar Cabral e Paes na repressão às manifestações do Rio de Janeiro. Na sequência, Gilberto Carvalho ofertou e instruiu um serviço de inteligência bilateral entre os reacionários governos estaduais e o governo federal. Dois jovens foram assassinados na região do Jaçanã, na cidade de São Paulo. O povo do Jaçanã se rebelou e saiu às ruas, o secretário da segurança de Alckmin pediu apoio ao governo federal.

Em 2007 os trabalhadores da Cipla (fábrica ocupada e controlada pelos trabalhadores) sofreram intervenção das tropas federais, que destituíram os membros do Conselho de Fábricas. Quatro deles estão sendo acusados.

Nas universidades a prática da repressão e criminalização virou rotina. Na USP, Unesp e Unicamp a repressão, prisões, condenações e perseguições não cessam.

Em São José dos Campos, os moradores do bairro Pinheirinho foram atacados por um verdadeiro esquadrão de guerra. Os professores, bancários e funcionários públicos foram espancados e presos no Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará e Bahia. Os trabalhadores da Usina de Jirau, em Rondônia, foram violentamente reprimidos. Militantes das rádios comunitárias, sem tetos e desempregados são processados e criminalizados. Contra a greve dos petroleiros e os que se manifestavam em oposição à entrega do Campo de Libra ao capital estrangeiro, o governo federal enviou o exército, uma fragata de guerra, helicópteros e tropas federais.

Em 5 dezembro, os companheiros da Cipla, Serge Goulart, Francisco Lessa, Carlos Castro e Onirio Martins, estarão diante dos tribunais na primeira audiência, acusados de formação de quadrilha. Eles podem ser presos.

Serge Goulart e Francisco Lessa, inclusive, foram condenados a um ano de prisão sob a acusação de impedir a saída de máquinas após um leilão realizado pelo INSS. Os companheiros, que foram condenados por defenderem o controle operário e os empregos, estão recorrendo desta decisão.

Contra esta ofensiva do Estado, a Esquerda Marxista decidiu iniciar uma campanha nacional contra a repressão e a criminalização dos dirigentes do movimento sindical, sem teto, sem terra, da juventude e dos quatro companheiros da Cipla.

Conclamamos à unidade e mobilização de todas as organizações dos trabalhadores, juventude, movimentos populares, MST, CUT, bem como dos partidos que defendam a democracia e as liberdades democráticas.

Fim dos processos contra os quatro companheiros da Cipla

Abaixo a repressão - Dissolução das PMs - Anulação de todas as perseguições contra os movimentos sociais

Libertação imediata de todos os presos políticos - Abaixo a Lei de Segurança Nacional - Abaixo a Lei da Garantia da Ordem (Lei Antiterrorismo).

Consciência negra

Justiça de Santa Catarina suspende feriado em Joinville



A Justiça de Santa Catarina mais uma vez pesa na balança os interesses da classe dominante. A Ação de Inconstitucionalidade (ADIN nº 2013.069910-6) motivada pelos empresários e lojistas do município de Joinville para derrubar o feriado aprovado na Câmara de Vereadores para o dia 20 de novembro recebeu decisão favorável da Justiça e suspendeu o feriado. A agilidade dos julgadores do Tribunal de Santa Catarina ao caso foi arrasadora. Enquanto muita gente sofre com a morosidade da Justiça e espera há anos por suas deci-

Unesp

Não à criminalização dos estudantes

Após quatro meses da greve iniciada em 17 de abril no Campus Unesp Ourinhos, os estudantes que lutaram por permanência estudantil, para barrar o Programa de Inclusão por Mérito do Estado de São Paulo (Pimesp), pela democratização da estrutura de poder da universidade e pelo fim da repressão e contra as punições, estão agora diante da possibilidade de terem pelo menos 12 colegas punidos.

Há dois meses ocorreu uma invasão militar no campus e agora começam os processos administrativos montados por meio de covardes sindicâncias. Acusações formuladas ao estilo da época da Ditadura Militar estão sendo montadas. Acusam os estudantes de "praticar ato atentatório à integridade física e moral de pessoas ou aos bons costumes;" ou de "promover ma-

nifestações (inclusive por conta de prisões ilegais), os comerciantes de Joinville têm decisões favoráveis a eles em pouco mais de 24 horas.

Os empresários lojistas alegam que, com a promulgação do feriado, o município está invadindo a competência da União de legislar sobre o direito do trabalho. Porém, quando foram fechadas 12 escolas e não houve a manutenção em tantas outras, a Justiça não atuou de forma tão ágil para declarar alguma inconstitucionalidade. Não se vê a mesma rapidez quando faltam médicos e fecham postos de saúde em todo Estado. A exploração da força de trabalho sem precedente para assegurar o lucro também não é declarada inconstitucional pela mesma Justiça. A educação, saúde e trabalho digno estão lá na mesma Constituição, mas parece que são letras mortas. Isso só revela que a balança sempre pesa em favor dos que dominam. É a classe dominante que diz o que é ou não constitucional.

Os comerciantes afirmam que a parada de apenas um dia no mês de novembro resulta em um prejuízo de mais de R\$ 10 milhões na economia local. Mas quem movimenta essa econo-

mia senão os próprios trabalhadores? Quanto lucram os empresários lojistas em todo ano? Nos últimos anos 15 anos a exploração dos trabalhadores do comércio da cidade aumentou vertiginosamente. Supermercados chegam a trabalhar até às 23 horas, em sábados, domingos e feriados.

O Feriado da Consciência Negra é uma importante conquista de todos os trabalhadores para comemorar a luta do grande líder Zumbi dos Palmares pela emancipação dos trabalhadores negros na conquista de direitos e igualdade.

É preciso lutar contra esta decisão da Justiça e se unir contra o capitalismo, a exploração e segregação que, através do racismo, mantém os lucros exorbitantes de uma minoria e quer dividir os trabalhadores.

A partir de hoje, o dia 20 de novembro deve ser registrado como mais um dia de luta. A Esquerda Marxista conclama todas as entidades e movimentos para neste dia irem às ruas em defesa das conquistas dos trabalhadores.

O dia 20 é de todo povo! Pelo restabelecimento do Feriado da Consciência Negra!

para enfrentar a repressão e se juntar aos que lutam contra a criminalização e repressão, seja federal, estadual ou municipal. Os estudantes devem se unir, pedir apoio dos trabalhadores e movimentos populares e juntos iniciar uma jornada nacional de lutas pelo fim da repressão, exigindo o fim das criminalizações e a dissolução da Polícia Militar, bem como a democratização das universidades. Os filhos da classe operária, os pobres, devem ter acesso ao ensino público e gratuito. Ele deve ser para todos.

Abaixo a repressão! Nenhuma condenação aos estudantes! Nenhuma punição! Por permanência estudantil! Pela democratização das universidades! Por educação pública, gratuita e de qualidade para todos, em todos os níveis!

Os estudantes da Unesp devem se somar à luta da USP e da Unicamp, construir uma coordenação unitária

Expediente: Boletim Foice & Martelo - Órgão da Esquerda Marxista, seção brasileira da Corrente Marxista Internacional (www.marxist.com). **Diretor responsável:** Serge Goulart. **Editor responsável:** Wanderci Bueno. **Jornalista responsável:** Rafael Prata: MTB nº 40040/SP. **Sede Nacional:** Rua Tabatinguera, 318 - Sé - Centro - São Paulo - SP - CEP: 01020-000 e-mail: contato@marxismo.org.br - Telefone: (11) 3101 8810.